



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MACAPÁ

*Requ- li do pr Carta
de 040893 (Prot. 572/93
sem Pasta)*

OT nº 370/GAB/ADR-MACAPÁ/93

Macapá, 26.07.93

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data 26/11/93
cod. WAD00767

DE: Administrador Regional da ADR-Macapá/FUNAI

AO: Exmo. Sr. Senador Henrique Almeida
Senado Federal
Brasília - DF

ASSUNTO: Solicitação (FAZ)

Sr. Senador:

*Prot. de A. Almeida
Fun. 280793*

Cumprimentando-o, venho através desta lhe informar o andamento das negociações em torno da demarcação da Área Indígena Waiápi, negociações essas que motivou nossa viagem à Brasília em abril/93 com o apoio de V. Excia.

Como os recursos da obra (US\$ 350.000) serão custeados pelo banco estatal alemão KfW, e os técnicos desse Banco com os quais estivemos em Brasília quando de nossa viagem, nos garantiram que o recurso existe, só dependendo sua liberação de andamentos burocráticos envolvendo a direção da FUNAI em Brasília e o Ministério das Relações Exteriores; informamos que a FUNAI já encaminhou toda a documentação pertinente à AGENCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (órgão do Ministério das Relações Exteriores) e que aguarda-se exclusivamente um "PARERE FAVORAVEL" dessa Agência, para que o banco KfW possa introduzir o dinheiro no Brasil.

Como o tempo está passando e não podemos perder mais um verão, e, não podemos dizer aos Waiápi, mais uma vez, que suas terras não serão demarcadas; solicito a generosidade de V. Excia., para que acompanhe essa questão e, se possível, apelo à Agência Brasileira de Cooperação, para que opine favoravelmente em favor da imediata demarcação das terras dos Waiápi.

A pessoa da FUNAI em Brasília que está cuidando desse assunto é o antropólogo Artur Mendes (tel. 061-2267500).

Informo à V. Excia. que encaminharei solicitação à todos os demais parlamentares macapaenses, do Congresso e do Senado, para que nos ajudem nessa empreitada. Falta muito pouco, e não podemos deixar que mais tempo decorra. Os Waiápi já esperaram tempo demais.

Atenciosamente,

Antonio Pereira Neto
ANTONIO PEREIRA NETO
Antropólogo
FUNAI
Administrador Regional de Macapá - ADR-Macapá



Brasília, 04 de Agosto de 1993.

Ilustríssimo Senhor
Antonio Pereira Neto
Administrador Regional da Funai
Macapá, AP

Prezado Antonio Pereira,

É com imenso prazer que eu desejo lhe comunicar que, depois de entendimentos com o antropólogo Artur Mendes, representante da Funai, conversei hoje longamente com o Sr. Bernard, que representa a Agência Brasileira de Cooperação - o órgão do Ministério das Relações Exteriores incumbido da questão relativa à demarcação da Área Indígena Waiãpi.

Foi com imensa satisfação que recebi dele a informação de que é favorável o parecer do Ministério das Relações Exteriores a respeito das obras que serão custeadas na Área com recursos do KFW - o banco estatal alemão.

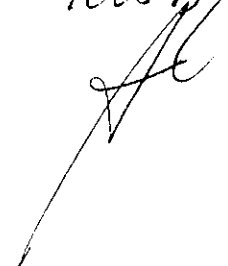
O representante da Agência Brasileira de Cooperação também me comunicou que esse parecer favorável ao ingresso dos recursos do KFW já está sendo devidamente encaminhado à Embaixada da Alemanha.

Você não faz idéia da satisfação que senti ao saber que o sonho dos Waiãpi de ter sua Área Indígena demarcada não demorará a se concretizar. Quero também que você saiba que tem aqui em Brasília um senador sempre pronto a lutar pelos interesses do nosso Amapá.

Cordialmente,

Henrique Almeida
Henrique Almeida
PFL-AP

Senado Federal,
anexo 11, f. 38
70165-900 - BSB/DF

ar - van
em 07/08 de
'Terms de A/Waiãpi
100893




MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MACAPÁ

OT nº 371/QAB/ADR-MACAPÁ/93

Macapá, 26.07.93

DE: Administrador Regional da ADR-Macapá/FUNAI
AO: Exmo. Sr. Senador Jonas Pinheiro
Senado Federal
Brasília - DF
ASSUNTO: Solicitação (FAZ)

*7 as 1 - le
Termo de A/Wai-Api*

Sr. Senador:

O Estado do Amapá é servido por duas administrações regionais da FUNAI. Uma em Macapá e outra em Oiapoque.

No Amapá, temos 04 terras indígenas: Área Indígena Uaçá, em Oiapoque, já demarcada e homologada. Área Indígena Galibi, em Oiapoque, já demarcada e homologada. Área Indígena Juminã, em Oiapoque, já demarcada e homologada. Área Indígena Waiãpi, nos municípios de Amapary e Laranjal do Jari. Está "intorridada" e ainda não foi demarcada.

Se conseguirmos demarcar essa última terra indígena, o Amapá será o primeiro estado da federação a ter todas suas situações fundiárias indígenas resolvidas.

Toda a documentação e formalização legal dessa Área Indígena Waiãpi está pronta. Os trabalhos de identificação e delimitação se iniciaram em 1975 e por fim, a Portaria Interministerial nº 554 de 24.10.91 "manda demarcar".

À FUNAI cabe, com exclusividade, tratar dessa questão. E, devido a falta de recursos financeiros, a FUNAI apresentou o projeto de demarcação dessa terra indígena ao banco estatal alemão KfW. É um projeto de US\$ 350000. Técnicos daquele banco já estiveram conosco em Macapá e na área indígena. Em abril passado, estive pessoalmente com eles em Brasília e nos garantiram que o dinheiro estava "pronto". Faltava apenas alguns trâmites burocráticos serem cumpridos.

Como se trata de uma "doação" financeira de outro país ao Brasil, o assunto está sendo tratado a nível de Itamaraty e FUNAI. Terá que ser assinado um "Termo de Cooperação Técnica" entre o Banco KfW, uma ONG de São Paulo (Centro de Trabalho Indigenista-CTI/SP) e a FUNAI, Brasília. Para que esse "Termo..." seja assinado é fundamental o parecer favorável da



Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores. E, a FUNAI está no aguardo desse Parecer.

O fato é que a melhor época para se fazer trabalhos de marcatórios, é o período do verão - julho a dezembro. E, tememos que, mesmo havendo boa vontade dos alemães, da FUNAI, a vagariedade da ABC/Itamaraty, nos faça perder o verão/93 e aiemos, mais uma vez esse trabalho e, mais uma vez os índios Waiãpi tenham frustradas suas esperanças de terem suas terras demarcadas.

A atual Constituição Federal estabelece o prazo de 05.10.93 como "prazo final" em que todas as terras indígenas do país deveriam estar regularizadas. Sabemos que isso é impossível globalmente, mas sabemos que, pelo menos a Área Indígena Waiãpi poderia ser demarcada ou ter sua demarcação iniciada dentro do prazo que a Carta Magna estabeleceu.

Os Waiãpi são hoje 387 índios, ainda com sua cultura tão talmente preservada e necessitam dessa regularização fundiária para terem paz, segurança e confiança no governo federal. Sua terra, com 573.000 não tem nenhuma invasão.

Visto tanto tempo decorrido entre os trabalhos de identificação/delimitação e hoje (18 anos), não há mais tempo a perder. Hoje, o que está empatando a concretização de um sonho é apenas o Parecer Favorável que a Agência Brasileira de Cooperação, do Itamaraty deve dar.

Por tudo isso, apelamos à V. Excia., como parlamentar do Amapá a propugnar junto àquela Agência, no Ministério das Relações Exteriores, a expedição do "Parecer Favorável" à assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre a FUNAI e o banco KFW alemão, com a urgência que o caso quer.

Informe V. Excia. que, estaremos encaminhando apelos à todos os parlamentares amapaenses, da Câmara e do Senado, para que nos ajudem a viabilizar e concretizar esse sonho dos Waiãpi - de terem suas terras definitivamente regularizadas. Após isso, o Amapá poderá se orgulhar de ser o primeiro estado da federação a ter as terras indígenas regularizadas integralmente.

Certo de seu apoio, despedimo-nos, renovando protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Antonio Pereira Neto
FUNAI



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MACAPÁ

OF n° 373/GAB/ADR-MACAPÁ/93

Macapá, 26.07.93

DE: Administrador Regional da ADR-Macapá/FUNAI
 AO: Exmo. Sr. Senador José Sarney
 MD. Senador pelo Estado do Amapá
 Senado Federal - Brasília/DF
 ASSUNTO: Solicitação (FAZ)

*Part - de
 tem - Aiwai - yu
 270773*

Sr. Senador:

O Estado do Amapá é servido por duas administrações regionais da FUNAI: uma em Macapá e outra em Oiapoque.

No Amapá, a FUNAI administra 04 terras indígenas: Área Indígena Uapá (município de Oiapoque, 452.000 ha, demarcada e homologada); Área Indígena Galibi (município de Oiapoque, 6.686 ha, demarcada e homologada); Área Indígena Juminã (município de Oiapoque, 42.000 ha, demarcada e homologada) e Área Indígena Waiãpi (municípios de Laranjal do Jari e Angapari, 573.000 ha, ainda não demarcada).

Em todo o Amapá, portanto, só falta demarcarmos uma terra indígena: a Área Indígena Waiãpi.

Os estudos de identificação e delimitação dessa terra indígena se iniciaram em 1975. Nesses 18 anos que nos separam desde o início desses trabalhos, os Waiãpi, grupo Tupá, contactado pela FUNAI em 1973, vem aguardando pacientemente a definição final de suas terras: a demarcação. Em sua terra indígena já foi objeto de invasões de garimpeiros na década de 70 (que os índios e a FUNAI expulsaram), foi objeto de invasão de uma mineradora (que os índios expulsaram em 1990), foi exaustivamente investigada por aqueles grupos interministeriais dos Decretos 88.118/83 e 85-945/87, foi toda "lotada" por interesses de pesquisa mineral (que foram abortados pela FUNAI e pelo DNPM) e por fim, através da Portaria Interministerial n° 544 (publicada no DOU de 24.10.91) foi "declarada de posse permanente indígena para efeitos de demarcação". Hoje, essa Área Indígena Waiãpi onde a FUNAI mantém o Posto Indígena Amapary, não tem invasões de nenhuma espécie, tem 06 aldeias (Mariry, Aramirã, Ituwasu, Taiteturá, Pykyvy e Capuera), tem 04 escolas mantidas pela Secretaria de Estado da Educação e 04 enfermarias mantidas pela FUNAI/FNS. Nela hoje, vivem, 387 índios Waiãpi.



E, elas eram apenas 71 índios em 1973 quando as FUNAI os contactou em função da abertura da Perimetral Norte.

Por força do Decreto 22 de 04.02.91, cabe exclusivamente à FUNAI os tratos das questões fundiárias indígenas. É de total interesse da FUNAI se demarcar a Área Indígena Waiãpi. Como V. Excia. é conhecedor, o prazo constitucional de se resolver e definir a situação de todas as terras indígenas no país se esgota em 05.10.93. Sabemos que mais de 200 terras indígenas em todo território nacional precisam de solução e que não há tempo e nem recursos para empreitada tão grande.

Mas, para a Área Indígena Waiãpi, há uma solução viável e imediata. O banco estatal alemão KfW, se dispôs a financiar a demarcação dessa terra indígena. A FUNAI em Brasília já apresentou o projeto que orçará em US\$ 350.000. Como se trata de recurso externo, que entrará no país sob forma de doação - não implicando de forma alguma em aumento da dívida externa - tudo está dependendo apenas que seja assinado um "Termo de Cooperação Técnica" entre a FUNAI e o Banco KfW. Para que esse "Termo..." seja assinado é necessário um "Parecer Favorável" da Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores. Estamos dependendo apenas disso para que o financiamento seja feito e a demarcação da Área Indígena Waiãpi ocorra ainda neste verão de 1993.

É consenso no Amapá a demarcação dessa terra indígena. Temos recebido apoio e incentivo de políticos municipais, estaduais e federais, de todas as cores políticas; temos recebido apoio da população em geral. Recentemente, quando da Semana do Índio que desenvolvemos em abril/93, circulou um abaixo-assinado em Macapá e Santana "pela demarcação da terra Waiãpi" onde obtivemos quase 3.000 assinaturas.

Em vista do exposto, apelamos à gentileza de V. Excia. no sentido de propugnar junto a Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores, para que abrevie seu parecer favorável, criando condições que viabilizem, tanto o financiamento externo, como o início dos trabalhos de demarcação ainda para este verão de 1993. Se iniciarmos as obras em setembro/93, em dezembro a área já estará demarcada.

Este mesmo apelo estamos fazendo aos srs. Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais do Amapá. Precisamos do apoio de todos para que possamos de uma vez por todas definir a situação fundiária dos




Waiãpi .

Resolvida essa questão, o Amapá poderá se orgulhar de ter todas suas terras indígenas regularizadas.

Em Brasília, dentro da FUNAI, é a Diretoria de Assuntos Fundiários quem trata desses assuntos. E, nessa Diretoria, é o antropólogo Artur Nobre Mendes (tel.: 226.7500 - 061) quem está à frente dos contatos com o KPW e a ABC/Itamaraty.

Cartos de seu apoio, despedimo-nos, renovando protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,


Antonio Pereira Neto
Antropólogo FUNAI
Administrador Regional - MDR, Macapá
Cartaria nº 311 de 09 04 91

apn/adrmac



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MACAPÁ

OT nº 376/CIRCULAR/GAB/ADB-MACAPÁ/93

Macapá, 27.07.93

DE: Administrador Regional da ADB-Macapá/FUNAI

AO: *enviado ao seguinte Federal, - Fatima Palcos, domival Freitas, waldemar judez, aroldo jato, gilvan Borges, munilo Pinheiro, aroldo trindade e Sergio Barata em 28.07.93, via CET, para cada um. At. de A. W. A. pi*

ASSUNTO: Solicitação (FAZ)

No Amapá, a FUNAI administra 04 terras indígenas: Área Indígena Uaçá (município de Oiapoque, 452.000 ha, demarcada e homologada); Área Indígena Galibi (município de Oiapoque, 6.686 ha, demarcada e homologada); Área Indígena Juminã (município de Oiapoque, 42.000 ha, demarcada e homologada) e Área Indígena Waiãpi (municípios de Laranjal do Jari e Angaité, 573.000 ha, ainda não demarcada).

Em todo o Amapá, portanto, só falta demarcar uma terra indígena: a Área Indígena Waiãpi.

Os estudos de identificação e delimitação dessa terra indígena se iniciaram em 1973. Passos 18 anos que nos separam desde o início desses trabalhos, os Waiãpi, grupo Tupi contactado pela FUNAI em 1973, vem aguardando pacientemente a definição final e formal de suas terras: a demarcação. Essa terra indígena já foi invadida por garimpeiros (que os índios e a FUNAI expulsaram), foi objeto de invasão de mineradora (que os índios expulsaram em 1990), foi exaustivamente investigada pelos diversos GR instituídos pelos Decretos 88.118/83 e 85.945/87; foi toda "letuada" por diversos grupos interessados em pesquisa mineralógica (tentativas abortadas pela FUNAI e DNPM) e, finalmente, através de Portaria do Ministro da Justiça nº 544/91 (DOU de 24.10.91) foi "declarada de posse permanente indígena para efeitos de demarcação". Ou seja: é uma terra indígena onde não existem mais nenhum óbice formal, jurídico ou administrativo à sua demarcação.

Hoje, essa Área Indígena Waiãpi, onde a FUNAI mantém o Posto Indígena Anapaxy, não tem invasões de nenhuma espécie, tem 06 aldeias (Marixy, Aramirã, Ituwasu, Taitatuwá, Pypyny e Capuxera), tem 04 escolas mantidas por FUNAI e Secretaria de Estado da Educação, tem 04 enfer-



maries mantidas pela FUNAI, FMS e colaboração da Prefeitura Municipal de Macapá. Nela, hoje vivem 387 índios Waiápi, assistidos pelo poder federal, estadual e municipal, mantendo toda sua vida tradicional e ocupando um espaço físico que lhes é imemorial.

Por força do Decreto nº 22 de 04.02.91, cabe exclusivemen-
to à FUNAI os tratos das questões fundiárias indígenas. E, ó do total in-
teressa da FUNAI, seja a nível de direção central, como a nível de adminis-
tração regional, demarcar a Área Indígena Waiápi. Mas, com a crise que
o país sofre, os recursos para demarcação de terras indígenas são escassos
e hoje, mais de 200 terras indígenas em todo o país estão no aguardo des-
sa finalização processual. Como são muitas áreas à se demarcarem e com a
falta de recursos, obviamente o prazo constitucional de se demarcarem to-
das as terras indígenas no país até 05.10.93, não será cumprido!!!

Mas, para a Área Indígena Waiápi há uma solução viável e
imediata. O banco alemão KfW (estatal) se dispôs a financiar a demarcação
dessa terra indígena. A FUNAI em Brasília já apresentou o projeto que or-
gará em 350.000 dólares. Como se trata de recursos externos que entrarão
no país sob a forma de doação - não implicando de forma alguma em aumento
da dívida externa - tudo está dependendo apenas que seja assinado um
"Termo de Cooperação Técnica" entre a FUNAI e o banco KfW. Para que esse
"Termo..." seja assinado é necessário um "Parecer Favorável" da Agência
Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores. A FUNAI
está apenas no aguardo disso para que possa receber o financiamento e a
demarcação da Área Indígena Waiápi ocorra ainda neste verão de 1993.

V. Excia como parlamentar macapense, tem contribuído em
muito para com a causa indígena no Estado e para com a FUNAI. Nesse senti-
do vimos mais uma vez apelar à generosidade de V. Excia. para que nos aju-
de a encaminhar com a rapidez que se faz necessária a solução dos entre-
ves burocráticos que estão a retardar a demarcação da terra Waiápi. No
momento a ação mais eficaz seria propugnar junto a Agência Brasileira de
Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores, para que abrevie seu
"Parecer Favorável", criando as condições para que a FUNAI e o banco KfW
assinem o "Termo de Cooperação Técnica", que por sua vez possibilitará o
financiamento dos recursos que serão utilizados na demarcação. Temos ug



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MACAPÁ

fls 03

gência, visto que a época ideal de se trabalhar é o período do verão e não há mais tempo a perder. Os Waiãpi estão nessa expectativa a tanto tempo que seria muito frustrante adiar mais uma vez.

Demarcada essa terra indígena, o Anapá poderá orgulhar de ter todas suas terras indígenas regularizadas.

Em Brasília, dentro da FUNAI, é a Diretoria de Assuntos Fundiários quem trata dessa questão. E, nessa Diretoria, é o antropólogo Artur Nóbre Mendes (tel. 061-226.7500) quem está à frente dos contatos e negociações com o KFW e a ABC/Itamaraty.

Certos do apoio de V. Excia., despedimo-nos, renovando protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Antonio Pereira Neto
Antropólogo FUNAI
Administrador Regional - DR. Macapá
Secretaria nº 311 de 09/04/91

apn/sirneo